



**COUNCIL OF
THE EUROPEAN UNION**

Brussels, 7 December 2010

17567/10

**Interinstitutional File:
2010/0051(COD)**

**INST 580
CODEC 1474
PARLNAT 172**

COVER NOTE

from:	Mr Jaime GAMA, President of the Assembly of the Republic of Portugal
date of receipt:	6 December 2010
to:	Mr Ives LETERME, President of the Council of the European Union
Subject:	Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council laying down the rules and general principles concerning mechanisms for control by Member States of the Commission's exercise of implementing powers [doc. 7386/10 INST 79 CODEC 191 - COM(2010) 83 final] <i>-Opinion¹ on the application of the Principles of Subsidiarity and Proportionality</i>

Delegations will find attached the above mentioned opinion.

¹ This opinion is available in English on the interparliamentary EU information exchange site (IPEX) at the following address: <http://www.ipex.eu/ipex/cms/home/Documents/pid/10>

Assembleia da República

(courtesy translation)

Mr. Yves Leterme
President of the Council of the European Union
Brussels

Subject: Process of parliamentary scrutiny of the European initiatives

Opinions:

- **COM (2010) 083**
- **COM (2010) 273 (SEC 662 and 663)**

Please find enclosed the Opinions issued by the European Affairs Committee of the Assembly of the Republic of Portugal, within the framework of the process of parliamentary scrutiny of the European initiatives, on the following texts:

- **COM (2010) 083 – “Proposal for a Regulation of the European parliament and of the Council laying down the rules and general principles concerning mechanisms for control by Member States of the Commission’s exercise of implementing powers”;**
- **COM (2010) 273 (SEC 662 and 663)– “Proposal for a Regulation (EU) of the European Parliament and of the Council implementing Article 10 of the United Nations’ Firearms Protocol and establishing export authorisation, import and transit measures for firearms, their parts and components and ammunition”.**

In addition, we would like to inform you that the Assembly of the Republic has, therefore, concluded the process of scrutiny of the aforementioned initiatives.

On this very date, the above-mentioned documents were also forwarded to the President of the European Parliament and the President of the European Commission.

Please accept, Mr. President, the assurances of my highest consideration and esteem.

THE PRESIDENT OF THE ASSEMBLY OF THE REPUBLIC

JAIME GAMA

Lisbon, 02 December 2010
Official letter no. 547/PAR/10/hr

Assembleia da República

Sua Excelência
Senhor Yves Leterme
Presidente do Conselho da União Europeia
Bruxelas

SECRETARIAT DU CONSEIL DE L'UNION EUROPÉENNE	
SGE 10/13417	
REQUÊRE:	06. 12. 2010
DEST. PRINC:	M. CLOOS
DÉPT. C:	SERVICE JURIDIQUE
	M. GRETSCHMANN

Assunto: Processo de escrutínio parlamentar das iniciativas europeias

Pareceres:

- COM (2010) 083
- COM (2010) 273 (SEC 662 e 663)

Senhor Presidente,

Junto envio a Vossa Excelência os Pareceres elaborados pela Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República de Portugal, no âmbito do processo de escrutínio parlamentar das iniciativas europeias, sobre:

- COM (2010) 083 – “Proposta de Regulamento que estabelece as regras e os princípios gerais relativos aos mecanismos de controlo pelos Estados-Membros do exercício das competências da execução pela Comissão”;
- COM (2010) 273 (SEC 662 e 663) – “Proposta de Regulamento (EU) do Parlamento Europeu e do Conselho, que aplica o artigo 10.º do Protocolo das Nações Unidas relativo às armas de fogo e estabelece medidas de autorização de exportação, importação e trânsito para as armas de fogo, suas partes, componentes e munições”.

Mais se informa que fica assim concluído, pela Assembleia da República, o processo de escrutínio das iniciativas mencionadas.

Nesta data foi, igualmente, dado conhecimento dos referidos documentos ao Presidente do Parlamento Europeu e ao Presidente da Comissão Europeia.

Queira Vossa Excelência aceitar, Senhor Presidente, a expressão do meu respeito e muito apreço. *a [assinatura]*

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA DA REPÚBLICA,

[assinatura]
JAIME GAMA

Lisboa, 2 de Dezembro de 2010
Ofício 547/PAR/10/hr



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

PARECER

Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece as regras e os princípios gerais relativos aos mecanismos de controlo pelos Estados-Membros do exercício das competências de execução pela Comissão

COM (2010) 83 final

NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos dos artigos 6.º e 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, bem como da Metodologia de escrutínio das iniciativas europeias aprovada em 20 de Janeiro de 2010, a Comissão de Assuntos Europeus recepcionou a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece as regras e os princípios gerais relativos aos mecanismos de controlo pelos Estados-Membros do exercício das competências de execução pela Comissão [COM(2010)83].

A supra identificada iniciativa, atento o seu objecto, é da competência da Comissão de Assuntos Europeus.

CONSIDERANDOS

A presente proposta de regulamento surge na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que estabelece uma clara distinção entre actos delegados (art. 290.º TFUE) e actos de execução (art. 291.º TFUE), ao contrário do que sucedia com os anteriores Tratados. O objecto da presente iniciativa prende-se com os meios de controlo dos referidos actos.

De facto, no que diz respeito aos actos delegados o TFUE estabelece claramente a possibilidade do legislador controlar o exercício das competências da Comissão através das possibilidades de revogação ou de formulação de objecções por parte do legislador (art. 290.º, n.º 2 TFUE).

Contudo, no que concerne aos actos de execução, o artigo 291.º TFUE remete para regulação posterior os meios dos Estados-Membros poderem controlar os actos de execução aprovados pela Comissão Europeia quando "*sejam necessárias condições uniformes de execução dos actos juridicamente vinculativos da União*". O que tende a suceder excepcionalmente, pois a regra determina que cabe aos Estados-Membros tomar as medidas de direito interno



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

necessárias à execução dos actos juridicamente vinculativos da União (art. 291.º, n.º 1 TFUE).

Nestes termos a presente iniciativa visa regular esse mecanismo de controlo por parte dos Estados-Membros. Assim, a Comissão Europeia propõe dois tipos de procedimento: o procedimento consultivo, que constitui a regra geral e pode ser aplicado a todos os domínios de intervenção e a todos os tipos de medidas de execução vinculativas; e o procedimento de exame, que é subsidiário ao primeiro e que consiste na emissão por parte do comité de um parecer, que sendo favorável, a Comissão adoptará as medidas, mas que se for negativo, a Comissão não as poderá adoptar *tout court*. Contudo, neste procedimento, a Comissão pode apresentar novamente o projecto ao comité para uma segunda deliberação ou pode apresentar um projecto alterado, tendo o comité o prazo de um mês para emitir parecer final. Na ausência de parecer, a Comissão pode decidir se adopta ou não as medidas.

A proposta de regulamento apresenta ainda um conjunto de regras que enformam os procedimentos, designadamente, no que diz respeito a situações urgentes, à publicidade dos trabalhos, recurso a procedimentos escritos, informação continuada e disposições transitórias.

Atenta a proposta de regulamento em apreço, cumpre analisar os seguintes aspectos:

a) Da base jurídica

A presente iniciativa tem como base jurídica o artigo 291.º, n.º 3 do TFUE. Atendendo a que se trata da regulamentação de uma previsão do Tratado, não existem quaisquer questões relacionadas com a base jurídica.

b) Do Princípio da Subsidiariedade

Tendo presente o objecto da presente iniciativa, não cumpre analisar a conformidade com o princípio da subsidiariedade, dado que se trata da regulamentação de disposição constante no TFUE, que habilita o legislador a aprovar regulamento mediante processo legislativo ordinário.

c) Do conteúdo da Proposta de Regulamento

Esta proposta de regulamento vem colmatar uma lacuna existente no ordenamento jurídico europeu, no sentido de permitir aos Estados-Membros o controlo dos actos de execução aprovados pela Comissão Europeia e bem assim vem cumprir uma determinação que o Tratado de Lisboa introduziu e que carecia de urgente regulamentação.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

A Comissão de Assuntos Europeus, apesar de estar ciente que os Paramentos nacionais não são legisladores no processo decisório europeu e que não existe qualquer previsão nos Tratados sobre o seu papel relativamente a estes actos, não pode deixar de lamentar que, a presente iniciativa, designadamente no seu artigo 8.º, não contemple um direito de informação e de acesso aos documentos dos comités, que pudesse permitir o acompanhamento destas situações, em que, excepcionalmente, aos Estados-Membros não cabe tomar as medidas de direito interno necessárias à execução dos actos juridicamente vinculativos da União.

PARECER

Em face do exposto, a Comissão de Assuntos Europeus é de parecer que **se encontra concluído o procedimento de escrutínio previsto pela Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto**, relativo à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece as regras e os princípios gerais relativos aos mecanismos de controlo pelos Estados-Membros do exercício das competências de execução pela Comissão.

Palácio de S. Bento, 30 de Novembro de 2010

O Deputado Autor do Parecer

(Manuel Seabra)

O Presidente da Comissão

(Vitalino Canas)